



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Acauã I S.A.

31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	13
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Contas a receber	15
5 Imobilizado	16
6 Intangível	18
7 Tributos a recolher sobre o lucro	19
8 Fornecedores	19
9 Arrendamentos	20
10 Provisão para compromissos futuros	21
11 Patrimônio Líquido	22
12 Receita líquida	22
13 Transações com partes relacionadas	23
14 Custos e despesas operacionais	24
15 Receitas e despesas financeiras	24
16 Instrumentos financeiros	25
17 Compromissos	29
18 Informações complementares ao fluxo de caixa	29
19 Eventos subsequentes	29

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Central Eólica Acauã I entrou em operação comercial em julho de 2024, registrou geração bruta de energia de 120.230,95 MWh em 2024, alcançando a receita líquida de R\$ 21,7 milhões no período. As compras de energia totalizaram R\$4,9 milhões, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$7,3 milhões (margem EBITDA de 33,5%) e um prejuízo de R\$4,0 milhões.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Acauã I S.A.**

Santana dos Matos - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Acauã I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Acauã I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.115	9
Contas a receber	4	3.981	62
Estoques		749	-
Outros ativos		700	180
Total do ativo circulante		10.545	251
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	305.936	270.826
Intangível	6	8.826	12.425
Total do ativo não circulante		314.762	283.251
Total do ativo		325.307	283.502
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	17.907	549
Tributos a recolher sobre o lucro	7	358	-
Arrendamentos	9	608	-
Provisão para compromissos futuros	10	609	992
Outros passivos		203	47
Total do passivo circulante		19.685	1.588
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	9	4.936	-
Outros passivos com partes relacionadas		85	-
Provisão para compromissos futuros	10	3.576	6.040
Total do passivo não circulante		8.597	6.040
Total dos passivos		28.282	7.628
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		311.156	227.621
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.241	59.570
Prejuízos Acumulados		(15.372)	(11.317)
Total do patrimônio líquido		297.025	275.874
Total do passivo e do patrimônio líquido		325.307	283.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	12	21.694	60
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	14.a	(23.776)	(656)
RESULTADO BRUTO		(2.082)	(596)
Despesas gerais e administrativas		(599)	(5.188)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	14.b	(599)	(5.188)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(2.681)	(5.784)
Receitas financeiras	15	163	2
Despesas financeiras	15	(816)	(35)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(3.334)	(5.817)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(721)	-
Resultado líquido do exercício	11.c	(4.055)	(5.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	(4.055)	(5.817)
Total do resultado abrangente do exercício	(4.055)	(5.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2022		89.357	55.448	(5.500)	139.305
Aumento de capital	11.a	138.264	(138.264)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	142.386	-	142.386
Resultado líquido do exercício		-	-	(5.817)	(5.817)
Em 31 de dezembro de 2023		227.621	59.570	(11.317)	275.874
Aumento de capital	11.a	83.535	(83.535)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	25.206	-	25.206
Resultado líquido do exercício		-	-	(4.055)	(4.055)
Em 31 de dezembro de 2024		311.156	1.241	(15.372)	297.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		(4.055)	(5.817)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	6 e 7	9.943	-
Baixas líquidas de imobilizado e intangível		-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		766	-
Imposto de renda e contribuição social	7.1	721	-
Provisões para processos judiciais		-	-
		7.375	(5.817)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		(3.919)	-
Estoque		(749)	-
Tributos a recuperar		-	(62)
Outros ativos		(520)	(161)
Fornecedores		1.572	119
Tributos a recolher sobre o lucro		(24)	-
Arrendamentos		-	-
Outros passivos com partes relacionadas		85	-
Outros passivos		156	(156)
		(3.399)	(260)
Caixa gerado (consumido) pelas operações		3.976	(6.077)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(339)	-
Pagamento de compromissos futuros	10	(334)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		3.303	(6.077)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no imobilizado		(23.147)	(136.305)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(23.147)	(136.305)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.c	25.206	142.386
Pagamento arrendamentos	9	(256)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		24.950	142.386
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.106	4
No início do exercício	3	9	5
No fim do exercício	3	5.115	9
Aumento de caixa no exercício		5.106	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Acauã I S.A. (“Companhia”) ou (“Acauã I”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

Em de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade ações na Aliança Geração de Energia S.A. A conclusão da transação ocorreu em 13 de agosto de 2024, ocasionando na detenção da totalidade das ações emitidas pela Aliança. Como resultado, a nova controladora final da Companhia é a Vale S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resoluções autorizativas nº 8.756 e 8.757 de 28 de abril de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica - EOL Acauã I e II, o que integra os ativos da Companhia, localizadas no município de Santana do Matos, Lagoa Nova, São Vicente do Maros e Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte. As autorizações vigorarão pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em abril de 2055.

A Companhia, em conjunto com Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), formam o Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorreu nos municípios de Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, estado do Rio Grande do Norte, tendo este uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

Acauã I são constituídas por 11 (onze) unidades geradoras de 4.200 kW (quatro mil e duzentos quilowatts) cada, e tendo 46,2 MW de capacidade instalada e garantia física 23,8 MW médio.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$9.140 (Em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo de R\$1.337) e prejuízo de R\$4.055 (R\$5.817 em 31 de dezembro de 2023). Este aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento. Adicionalmente, é importante destacar que a Companhia possui o suporte financeiro da sua Controladora.

a. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resoluções Normativas ANEEL nº 8.756 e nº 8.757 de 28 de abril de 2020, resolveu, em julho de 2024, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras da Central Eólica Acauã I por meio do despacho nº 2.002, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema.

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Parque Acauã.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 08 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizam a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4 e 12 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 5 e 6 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação e amortização: vida útil dos ativos;
- **Nota 4, 5 e 6 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota 5, 7 e 8 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Companhia não possui processos judiciais classificados como risco de perda provável ou possível que necessitem de divulgação e registro contábil.

2.5 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia concluiu que para as normas abaixo, não tivemos impactos práticos materiais nestas demonstrações financeiras.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7); e
- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 26/IFRS 18).

2.7 | Informações por segmentos

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de geração e venda de energia, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelos gestores da Companhia e suas demonstrações do resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que suas demonstrações do resultado, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	5	9
Recursos mantidos em aplicações financeiras	5.110	-
	5.115	9

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificado de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI de 98% em 31 de dezembro de 2024 (0% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para detalhes sobre a exposição da Companhia a risco de crédito para ativos financeiros, veja a nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

4 | Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	2.262	-
Suprimento a outras concessionárias	1.719	-
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	62
	3.981	62

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuíamos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 12 - Receita líquida e nº 16 - Instrumentos financeiros, respectivamente.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

“Impairment”

Em relação ao “*impairment*” de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

5 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Custos com desmobilização	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Terrenos	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 31/12/2022	-	-	132.936	-	132.936
Adições	1.988	-	135.902	-	137.890
Em 31/12/2023	1.988	-	268.838	-	270.826
Adições	-	-	38.933	5.597	44.530
Baixas	(650)	-	-	(89)	(739)
Transferência	-	289.676	(289.676)	-	-
Em 31/12/2024	1.338	289.676	18.095	5.508	314.617
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2023	-	-	-	-	-
Adições	(63)	(8.659)	-	(111)	(8.833)
Baixas	63	-	-	89	152
Em 31/12/2024	-	(8.659)	-	(22)	(8.681)
Valor líquido					
Em 31/12/2023	1.988	-	268.838	-	270.826
Em 31/12/2024	1.338	281.017	18.095	5.486	305.936
Taxa média de depreciação	3,79%	5,98%	-	4,03%	3,02%

Custo com desmobilização (provisão)

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados ao parque e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.501 (R\$1.988 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 10 - Provisão para compromissos futuros.

Terrenos

A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como imobilizado e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento.

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra

direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (“*impairment*”), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - “*Impairment*”

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangível, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (“*impairment*”) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para os exercícios de 2024 e 2023, não foram identificados triggers de impairment no imobilizado e para o ativo intangível.

6 | Intangível

A composição e a movimentação dos ativos intangíveis da Companhia é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de uso	Servidão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 31/12/2022	-	7.205	-	159	7.364
Adições	5.045	-	-	16	5.061
Em 31/12/2023	5.045	7.205	-	175	12.425
Baixas	(3.366)	-	-	-	(3.366)
Transferência	-	-	175	(175)	-
Em 31/12/2024	1.679	7.205	175	-	9.059
Amortização acumulada					
Em 31/12/2023	-	-	-	-	-
Adições	(877)	(230)	(3)	-	(1.110)
Baixas	877	-	-	-	877
Em 31/12/2024	-	(230)	(3)	-	(233)
Valor líquido					
Em 31/12/2023	5.045	7.205	-	175	12.425
Em 31/12/2024	1.679	6.975	172	-	8.826
Taxa média de depreciação	26,09%	3,19%	3,43%	-	10,33%

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da autorização. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem a licença operacional, direito de uso e servidão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de autorização.

Para detalhes sobre a política de “*impairment*” do intangível, veja nota nº 5 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - “*impairment*”.

7 | Tributos a recolher sobre o lucro

A composição dos tributos sobre o lucro é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recolher	225	-
Contribuição social a recolher	133	-
	358	-

7.1 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para os exercícios de 2024 e 2023 é conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	22.578	-
Presunção imposto de renda – 8% (i)	1.806	-
Presunção contribuição social – 12% (ii)	2.709	-
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	146	-
Base de cálculo do imposto de renda (i) + (iii)	1.952	-
Imposto de renda – 15%	293	-
Adicional de imposto de renda – 10%	171	-
Total de IRPJ (iv)	464	-
Base de cálculo da contribuição social (ii) + (iii)	2.855	-
Contribuição Social – 9%	257	-
Total da CSLL (v)	257	-
Imposto de renda e contribuição social (iv) + (v)	721	-

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

8 | Fornecedores

A composição dos fornecedores é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	801	162
Fornecedores de materiais e serviços (imobilizado)	16.106	387
Câmara de comercialização de energia elétrica	1.000	-
	17.907	549

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 30 dias em 31 de dezembro de 2024 (43 dias em 31 de dezembro de 2023). E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 16 - Instrumentos financeiros.

9 | Arrendamentos

A composição dos arrendamentos é como segue:

Descrição	Taxa	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento terrenos	9,63%	28/08/2045	5.544	-
Classificadas como:				
Passivo circulante			608	-
Passivo não circulante			4.936	-
			5.544	-

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Em 31/12/2023	-
Adições	5.597
Pagamentos dos arrendamentos	(256)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	203
Em 31/12/2024	5.544

Referente a movimentação do arrendamento no ano de 2024, apenas o montante de R\$256 (R\$0 em 2023) teve efeito de caixa.

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 9,63% a.a. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Os vencimentos dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Eventos	
2026	555
2027	506
2028	463
2029	421
2030	384
2031 a 2035	1.470
2036 em diante	1.137
	4.936

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos

qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 12 - Receita líquida e nº 16 - Instrumentos financeiros.

10 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Provisão socioambiental	Desmantelamento	Provisão para compromissos futuros
Em 31/12/2022	-	-	-
Adições	5.045	1.988	7.032
Em 31/12/2023	5.045	1.988	7.032
Baixas	(2.489)	(587)	(3.076)
Pagamentos	(334)	-	(334)
Atualizações	463	100	563
Em 31/12/2024	2.685	1.501	4.185

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	609	992
Passivo não circulante	3.576	6.040
	4.185	7.032

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante, não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 11,10% em 31 de dezembro de 2024 (9,16% em 31 de dezembro de 2023).

Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões de desmantelamento e socioambiental, vide notas explicativas nº 5 – Imobilizado e nº 6 – Intangível, respectivamente.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

11 | Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$311.156.000 (R\$227.621 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 311.156.000 (trezentos e onze milhões e cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (227.621.000 (duzentos e vinte e sete milhões e seiscentos e vinte um mil) em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Capital R\$	Ações	Capital R\$	Ações
Aliança Geração de Energia S.A	311.156	311.156.000	227.621	227.621.000

Em 27 de setembro de 2024, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R\$83.535 (R\$138.264 em 2023) mediante a emissão 83.535.000 (138.263.768 em 2023) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Durante o exercício de 2024, a Companhia registrou o valor de R\$25.206 (R\$142.386 em 2023) correspondentes a 25.206.000 ações (142.386.000 em 2023), como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo remanescente será integralizado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer em 2025.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	59.570	55.448
AFAC efetuados	25.206	142.386
AFAC integralizados como capital social	(83.535)	(138.264)
Saldo no final do exercício	1.241	59.570

12 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	19.216	-
Transações com energia na CCEE	3.299	62
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(821)	(2)
	21.694	60

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para Companhia, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	11.168	-
Suprimento a outras concessionárias	8.048	-
	19.216	-

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre a receita		
PIS	(146)	-
COFINS	(675)	(2)
	(821)	(2)

Política contábil

De forma geral, para o negócio da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

13 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITAS		DESPESAS	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	1.349	-	1.349	140	-	-	1.238	882
Grupo Vale (ii)	2.263	-	-	-	11.168	-	-	-
Grupo Cemig (ii e iii)	-	-	-	-	6.330	-	112	59
	3.612	-	1.349	140	17.498	-	1.350	941

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com backoffice; (ii) venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes; (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão);

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13 de agosto de 2024, quando ocorreu a conclusão da transação da aquisição da Aliança Geração de Energia S.A.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

Política contábil

A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia, uma empresa de energia. As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

14 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(5.607)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão (a)	(3.254)	(519)
Depreciação e amortização	(9.943)	-
Operação e manutenção	(1.702)	-
Serviços de terceiros	(2.110)	-
Outros Custos	(1.160)	(137)
	(23.776)	(656)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(267)	(2.205)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (a)	-	(2.560)
Outras Despesas	(332)	(423)
	(599)	(5.188)

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia ainda não havia entrado em operação comercial plena, estava em fase de testes, alocando assim os encargos de uso da rede básica de transmissão em despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2024, com a Companhia em operação comercial plena, os encargos estão alocados somente nos custos operacionais.

15 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	138	-
Outras receitas financeiras	25	2
	163	2
Despesas financeiras		
Encargos financeiros - compromissos futuros	(563)	-
Juros arrendamento	(203)	-
Outras despesas financeiras	(50)	(35)
	(816)	(35)
	(653)	(33)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos, encargos financeiros sobre compromissos futuros e outras despesas financeiras.

16 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu

modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, arrendamentos e outros passivos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo dos instrumentos financeiros mencionados no quadro abaixo como próximos aos seus valores contábeis, em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5.115	5.115	9	9
Contas a receber	3.981	3.981	62	62
Outros ativos	700	700	180	180
	9.796	9.796	251	251
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	17.907	17.907	549	549
Arrendamentos	5.544	5.544	-	-
Outros passivos	203	203	47	47
	23.654	23.654	596	596

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos

até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os arrendamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, o CDI será de 12,39% para as aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente:

Descritivo	31/12/2024	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
	Valor Contábil			
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3)	5.110	4.477	4.318	4.160
Ativo exposto	5.110	4.477	4.318	4.160
Efeito no resultado		(633)	(792)	(950)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições

e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores e arrendamentos, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros à taxa de juros: ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	17.907	17.907	17.907	-	-	-
Arrendamentos	5.544	5.789	162	473	2.030	3.124
	23.451	23.696	18.069	473	2.030	3.124

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós fixados.

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com partes relacionadas ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com parte relacionada entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.115	9
Contas a receber	3.981	62
Total da exposição	9.096	71

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

17 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores com vencimento em outubro/2027, o qual resultará em uma despesa total de R\$11.337 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31 de dezembro de 2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$4.144 (R\$7.588 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$11.723 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

18 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição/(Baixa) em provisão para compromissos futuros – licença de operação	(2.489)	5.944
Adição/(Baixa) de provisão para compromissos futuros - desmobilização	(587)	1.988
Adição arrendamentos	5.597	-
Fornecedores de imobilizado	(15.786)	-
	(13.265)	7.932

19 | Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2025 a Vale S.A. (“Vale”), informou que celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners (“GIP”) para estabelecer uma joint venture na Aliança Geração de Energia S.A., controladora integral da Companhia. Uma vez concluída a transação, a Vale receberá aproximadamente US\$1 bilhão e deterá 30% na Join Venture enquanto a GIP terá os 70% restantes.

A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência ou a aprovação de órgãos regulatórios competentes.

DIRETORIA

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0413405

Passo 3 - Digite a senha: T2nw1Ly4